

A Indissociabilidade entre o "Político" e o "Econômico": As Abordagens de Ellen Meiksins Wood e João Bernardo

Flávio Pereira Diniz

A esfera política é considerada, muitas das vezes, como um campo específico, autônomo e até mesmo independente de outros elementos, como por exemplo, o econômico. Porém, autores como Wood (2003) e Bernardo (1998) apontam a impossibilidade de separação entre o político e o econômico. Procuraremos demonstrar como estes autores desenvolveram tal reflexão, a partir de pressupostos da economia política marxista.

Ao diferenciar as formas de apropriação da mais-valia no capitalismo, das formas pré-capitalistas, Wood (2003) caracteriza a segunda por

“modos extra-econômicos de extração de mais-valia, a coação política, legal ou militar, obrigações ou deveres tradicionais etc, que determinam a transferência de excedentes para um senhor ou para o Estado por meio de serviços prestados, aluguéis, impostos e outros”. (WOOD, 2003, p. 35)

No capitalismo, a apropriação da mais-valia ocorre de forma diferenciada. Há uma transferência do poder político do Estado para os capitalistas.

“Os proprietários capitalistas recuperaram, no controle direto da produção, os poderes políticos que perderam para o Estado. Embora o poder ‘econômico’ de apropriação possuído pelo capitalista esteja separado dos instrumentos de coação política que o impõem, esse poder de apropriação está mais do que nunca direta e intimamente integrado com a autoridade de organizar a produção”. (WOOD, 2003, p. 36)

Com as transformações ocorridas nas formas de apropriação da mais-valia (da servidão ao trabalho assalariado), podemos constatar a transferência de poderes políticos para a esfera econômica. O Estado, porém, não perde sua importância na reprodução dessas relações, pois, em última instância, é ele que garante estas relações, mesmo que para isso tenha que adotar, sem o menor constrangimento, o uso da força.

A autora utiliza o termo “privatização do poder político” para demonstrar o processo de transferência deste poder, da esfera pública para a esfera privada, onde o capitalista proprietário dos meios de produção passa a ter autoridade sobre as relações de produção. O capitalismo é visto como sendo esta “privatização do poder político”.

Para explicar este caráter sui generis do ‘político’ no capitalismo, e situar o econômico na política, a autora aponta ‘dois pontos críticos’:

“primeiro, o grau sem precedentes de integração da organização da produção com a organização da apropriação; e segundo, o alcance e a generalidade dessa integração, a extensão praticamente universal a que a produção no conjunto da sociedade se mantém sob o controle do apropriador capitalista”. (WOOD, 2003, p. 46)

Uma mudança no foco da luta de classes é apontada pela autora como uma consequência do processo de “privatização do poder político”.

“A coação política direta foi excluída do processo de extração de excedentes e removida para um Estado que em geral intervém apenas indiretamente nas relações de produção, e a extração de excedentes deixa de ser uma coação política imediata. Isso quer dizer que se muda necessariamente o foco da luta de classes”. (WOOD, 2003, p. 47)

Apesar da expropriação, realizada pelos capitalistas, da riqueza produzida pelo trabalhador se dar no processo de produção, o conflito de classes, quando ocorrem, “não se dão geralmente entre capital e trabalho”. (WOOD, 2003, p. 47) Este conflito é transferido para a esfera política, não sendo mais o capital o seu condutor, e sim o Estado. Este Estado aparece como mediador deste conflito, aparentemente neutro. O Estado é considerado como o “ponto decisivo de concentração de todo o poder na sociedade”. (WOOD, 2003, p. 49).

Finalmente, cabe destacar a indicação que a autora faz sobre a “lição estratégica a ser aprendida da transferência das questões ‘políticas’ para a ‘economia’” (WOOD, 2003, p. 49) Ela aponta a necessidade de articulação entre a luta de classes no campo econômico e no político. As lutas não devem se restringir à uma única esfera. A autora defende uma unificação das lutas econômicas e políticas.

João Bernardo (1998), ao considerar que a distribuição da mais-valia, produzida pela classe trabalhadora, é realizada de forma desigual entre os capitalistas, e entendendo que essa concorrência acontece na esfera da produção, ou seja, na infraestrutura, define o estado como o regulador desta concorrência.

O modelo proposto por João Bernardo é uma espécie de articulação daquilo que ele chama de “Condições Gerais de Produção” e “Unidades de Produção Particularizadas” (BERNARDO, 1998).

“Enquanto as Unidades de Produção Particularizadas não desempenham um papel central na difusão dos aumentos de produtividade, as Condições Gerais de Produção têm como objetivo

permitir e propagar o desenvolvimento da produtividade. As Condições Gerais de Produção incluem, em suma, todo o conjunto das infra-estruturas materiais, tecnológicas, sanitárias, sociais, culturais e repressivas indispensáveis à organização geral do capitalismo e ao seu progresso. No âmbito das Condições Gerais de Produção reúnem-se as instituições necessárias ao funcionamento integrado da economia e onde, por conseguinte, se opera a concorrência permanente entre o tempo de trabalho médio e o tempo de trabalho mínimo. A concorrência na produção consiste, em última análise, na disputa entre os capitalistas para se ligarem de maneira mais favorável às Condições Gerais de Produção” (BERNARDO, 1998, p. 31)

E continua João Bernardo: “São esses os mecanismos fundamentais da política nas classes dominantes e, portanto, as Condições Gerais de Produção constituem a principal esfera de existência do Estado” (BERNARDO, 1998, p. 31).

Ao considerar as “Condições Gerais de Produção” como a “principal esfera de existência do Estado”, João Bernardo remete o Estado do âmbito político para o econômico. Não há separação entre o político e o econômico.

É importante destacar as concepções de “Estado Amplo” e “Estado Restrito” elaboradas pelo autor:

“Por oposição ao Estado Restrito, que inclui apenas o aparelho político reconhecido juridicamente, e tal como é definido pelas Constituições dos vários países, ou seja, governo, parlamento e tribunais, o Estado Amplo inclui todas as formas organizadas do poder das classes dominantes” (BERNARDO, 1998, p. 41).

O Estado Restrito é sempre nacional, enquanto que o Estado Amplo transpõe as fronteiras nacionais. “... o que agora se denomina neoliberalismo não é mais do que a hegemonia exercida sobre o Estado Restrito pelas companhias transnacionais, enquanto elementos determinantes do Estado Amplo” (BERNARDO, 1998, p. 48).

As “formas organizadas do poder das classes dominantes” são as instituições do Estado Amplo, que o autor define como sendo as “empresas”. Estas, por sua vez, possuem mecanismos de controle e repressão similares aos do Estado Restrito. “Ao avaliarem o desempenho dos empregados, remunerando-os ou punindo-os de acordo com critérios específicos, os patrões estão exercendo uma réplica do poder judiciário” (BERNARDO, 1998, p. 42).

O neoliberalismo costuma propagar a idéia de um Estado Mínimo, que desempenha apenas funções essenciais, não interferindo nas questões econômicas. O “Mercado” têm, segunda esta concepção, o poder de auto-regulação que descarta a

necessidade do Estado para esta função.

A idéia de neutralidade do Estado é outro elemento que camufla o caráter de classe do mesmo. Segundo as concepções que abordamos acima, imaginar o Estado como um ente a serviço de toda a sociedade, como aquele que garante o ‘bem comum’, é um equívoco tremendo. O Estado capitalista possui uma natureza de classe, que apesar de toda a complexidade do mundo contemporâneo, pode ser percebida através de suas intervenções, quando estas se tornam necessárias.

Como exemplo, podemos citar, no caso do Brasil, as intervenções do Estado como indutor da econômica, seja através do fornecimento de subsídios fiscais à empresas nacionais ou transnacionais, ou mesmo quando o aparelho estatal é chamada para garantir a propriedade privada.

Neste último caso, inúmeros exemplos poderiam ser destacados. Quantas vezes ouvimos a notícia de que a “Justiça” determinou a reintegração de posse de propriedades, sejam rurais ou urbanas, ocupadas por sem-terra ou sem-teto, ao proprietário. E para isso, o Estado mobiliza sua força policial no sentido de cumprir, através da violência, as determinações da “Justiça”.

Por outro lado, também é possível verificar a enorme influência do econômico sobre o político, naquilo que tange à escolha dos políticos que irão ‘representar’ a sociedade nos parlamentos. O poder econômico é decisivo na escolha destes políticos. Para vencer uma eleição é necessário um alto investimento de recursos. E estes recursos são resultado de doações de grupos econômicos que buscam garantir seus privilégios e aumentar seu poder de inserção na esfera política e econômica. E isto não é uma exclusividade do Brasil.

Portanto, podemos concluir que, definitivamente, não é possível separar as questões econômicas das questões políticas.

Comparando as reflexões de Wood (2003) e Bernardo (1996), arriscaremos uma analogia. A primeira utiliza a expressão “privatização do poder político” para representar a transferência do poder de expropriação da esfera política para a econômica. Os proprietários capitalistas utilizam meios econômicos, e não políticos, para proceder tal expropriação. O Estado intervém apenas em momentos em que este processo é ameaçado. João Bernardo, ao trabalhar as idéias de Estado Restrito e Estado Amplo, refere-se à segunda categoria como o “funcionamento das empresas, enquanto aparelho de poder.” (BERNARDO, 1996, p. 42) Podemos constatar, que para ambos, os

capitalistas possuem poderes políticos que em outros tempos pertenciam à esfera pública (entenda-se Estado), privatizando-o. Para ambos autores, a tese de separação entre o político e o econômico é inaceitável.

Referências Bibliográficas

BERNARDO, João. Estado. *A Silenciosa Multiplicação do Poder*. São Paulo, Escrituras, 1998.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003.

Flávio Pereira Diniz

Sociólogo

Aluno do curso de Especialização em Ciência Política/UEG